



**MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA**  
CNPJ 45.148.970/0001-77  
Praça Maria Dias, 614 – Centro  
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600  
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

**LEI Nº 791, DE 30 DE JULHO DE 1999.**

“Institui, em novos termos, o Fundo Municipal de Seguridade aprovado pela Lei nº 722, de 10 de abril de 1997”.

Maurício Bronca, Prefeito Municipal de Orindiúva, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber que a Câmara Municipal, por seus representantes, decreta e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - O Fundo Municipal de Seguridade, criado pela lei nº 722, de 10 de abril de 1997, passa a vigorar de acordo com as disposições desta lei.

Artigo 2º - O Fundo Municipal de Seguridade integrará as contas orçamentárias da Prefeitura e será movimentado de acordo com os artigos 71 a 73 da lei 4.320, de 17 de março de 1964, aplicando-se, no que couber, o disposto no artigo 6º da lei 9.717, de 27 de novembro de 1998.

Artigo 3º - As disponibilidades financeiras apuradas a favor do Fundo em decorrência da lei nº 722, de 10 de abril de 1997, tais como disponibilidades bancárias e créditos perante a Tesouraria Municipal ou perante terceiros, permanecerão vinculados a essa conta, podendo ser aplicados e movimentados nos restritos termos desta lei.

Artigo 4º - O Fundo será movimentado através de conta bancária escriturada sob o título de Fundo de Seguridade do Funcionário Municipal, mantida em estabelecimento bancário oficial com agência no Município.

Artigo 5º - O Fundo tem por principal finalidade assegurar, mediante contribuição, aos funcionários do Município e seus dependentes, a prestação dos seguintes benefícios:

I – Proventos da aposentadoria

II – Pensões.

Artigo 6º - São segurados e contribuintes obrigatórios do Fundo Municipal de Seguridade:

I – Os funcionários efetivos do Município, sem exceção;

II – Os aposentados e pensionistas cujos proventos e pensões sejam pagos total ou parcialmente, em complementação, pelo Município.

Artigo 7º - Ficam automaticamente inscritos no Fundo de Seguridade todos os funcionários municipais regularmente providos em cargos efetivos, regidos pelo Estatuto dos Funcionários Municipais.

§ 1º - Dar-se-á, ainda, a inscrição obrigatória no Fundo de Seguridade:

I – do funcionário vinculado ao regime estatutário, na data de início ou reinício em cargo de provimento efetivo;

II – do aposentado e do beneficiário do Fundo a partir da data em que tiver assegurado os seus direitos ao recebimento dos proventos ou da respectiva pensão;

III – dos aposentados e pensionistas pagos pelos cofres do município.

§ 2º - O funcionário que se aposentar terá a sua inscrição averbada, a fim de que fique constando da mesma essa sua nova situação funcional, sem prejuízo da contribuição devida.

Artigo 8º - Perderá a qualidade de segurado:

I – Aquele que deixar de exercer atividade que o submeta ao regime desta lei;

II – O funcionário que se afastar do exercício efetivo com prejuízo dos vencimentos, salvo se usar da faculdade prevista no artigo 9º.

§ 1º - A perda da condição de Segurado importa na caducidade dos direitos inerentes a essa qualidade.



## MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA

CNPJ 45.148.970/0001-77  
Praça Maria Dias, 614 – Centro  
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600  
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

§ 2º - As contribuições em atraso, devidas na forma do artigo 9º, serão acrescidas de juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária.

Artigo 9º - Ao Segurado que deixar de exercer temporariamente atividade que o submeta ao regime desta lei, é facultado manter a qualidade de segurado, desde que passe a efetuar, sem interrupção, o pagamento mensal das contribuições referentes a sua parte e a parte do Município.

§ 1º - O não recolhimento das contribuições facultativas por mais de três meses consecutivo importará no cancelamento automático da inscrição, sem devolução das importâncias recebidas, cessando toda e qualquer obrigação.

§ 2º - As contribuições facultativas serão reajustadas sempre que houver revalorização da referência ou padrão do servidor da categoria igual à do Segurado quando perdeu essa qualidade.

§ 3º - Ao segurado que tenha perdido essa qualidade, por motivo que não seja punição funcional, é facultado revalidar sua inscrição, desde que o requeira no prazo de 3 (três) meses a contar da data em que a qualidade de segurado foi perdida, sujeitando-se ao pagamento de sua contribuição na forma da lei.

§ 4º - Na hipótese do segurado facultativo voltar à condição de obrigatório, nos termos do artigo 6º, fica cancelada automaticamente a inscrição facultativa, sem devolução das importâncias recolhidas.

Artigo 10º - Ficam estabelecidas as seguintes contribuições mensais para o Fundo de Seguridade do Funcionário Municipal:

I – Contribuição dos segurados obrigatórios correspondente a 8% (oito por cento) da remuneração mensal de cada um.

II – Contribuição mensal do Município e suas autarquias e fundações, correspondente a 8% (oito por cento), calculado sobre o valor das folhas de pagamento relativas aos funcionários efetivos e aos aposentados e pensionistas.

§ 1º - Considera-se remuneração, para os fins deste artigo, as importâncias pagas ou devidas pelo Município a seus funcionários efetivos, aposentados e pensionistas, tais como: vencimentos, abonos, adicionais e gratificações de qualquer natureza, percentagens e participações, proventos de aposentadoria ou disponibilidade e pensões.

§ 2º - Não estão sujeitos à contribuição os pagamentos de natureza indenizatória, tais como diárias e ressarcimentos de despesas realizadas em função do serviço.

§ 3º - Em caso de acumulação permitida por lei, a contribuição incidirá sobre a soma das remunerações recebidas.

§ 4º - Nos casos previstos pelo inciso II do artigo 6º, a contribuição incidirá sobre o valor dos proventos e das pensões.

Artigo 11 – Constituem receitas do Fundo:

I – As contribuições mensais estabelecidas pelo artigo anterior, abrangendo os funcionários efetivos, aposentados e pensionistas do Município;

II – Rendas e dividendos de aplicações das eventuais reservas;

III – Doações, legados, subvenções e outras receitas semelhantes;

IV – Juros e correção, nos casos previstos por esta lei.

Artigo 12 – A arrecadação das contribuições devidas ao Fundo será realizada observada as seguintes normas:

I – Aos setores encarregados de efetuar o pagamento dos funcionários, aposentados e pensionistas, tanto da Prefeitura como dos demais órgãos e entidades, caberá descontar em folha e no ato do pagamento, os valores das contribuições devidas;

II – Caberá, ainda, a esses setores, recolher ao estabelecimento de crédito indicado pelos gestores do Fundo, até 48 (quarenta e oito horas) após os pagamentos, a importância arrecadada na forma do inciso anterior, juntamente com a contribuição mensal devida na forma do inciso II do artigo 10º.



**MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA**  
CNPJ 45.148.970/0001-77  
Praça Maria Dias, 614 – Centro  
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600  
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

§ Único – Efetuados os recolhimentos à conta do Fundo, no prazo de 48 (quarenta e oito horas), será encaminhada aos respectivos gestores e relação discriminada dos descontos efetuados, e o seu total.

Artigo 13 – O segurado que se valer da faculdade prevista no artigo 9º, fica obrigado a efetuar o recolhimento da contribuição devida diretamente à tesouraria da Prefeitura, aplicando-se no que couber, o disposto no artigo anterior.

Artigo 14 – As importâncias arrecadadas serão apropriadas pelo Fundo, e não poderão Ter aplicação diversa daquela prevista nesta lei e na lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, ficando proibido qualquer pagamento ou despesa que não atenda às suas finalidades.

§ Único – Serão nulos de pleno direito os atos praticados em desacordo com este artigo, ficando os seus autores e responsáveis sujeitos às cominações de natureza administrativa, civil e penal.

Artigo 15 – As contas do Fundo serão escrituradas na forma da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observadas, ainda, as seguintes disposições:

I – Até o dia 20 (vinte) do mês subsequente, será publicado no local de costume da Prefeitura, o balancete mensal do mês anterior, relativo à movimentação do Fundo, demonstrando a receita realizada os pagamentos efetuados e, quando existir, o saldo e as aplicações das reservas;

II – Até 20 (vinte) de fevereiro será publicado, na forma do artigo anterior, o balancete anual do Fundo, com o demonstrativo dos valores referentes ao exercício anterior, devidamente consolidados e totalizados.

§ Único – O exercício financeiro do Fundo coincidirá com o ano civil e com o orçamento municipal.

Artigo 16 – A aplicação das reservas disponíveis será realizada observadas as seguintes disposições:

I – Preservação do valor nominal do capital investido, acrescido de juros do mercado e da atualização monetária;

II – Garantia de Segurança e liquidez, quanto ao retorno do capital investido.

Artigo 17 – Correrão por conta de dotações próprias do orçamento da Prefeitura ou dos demais órgãos da administração, sem onerar o Fundo, as seguintes despesas:

I – proventos de disponibilidade;

II – pagamento de licença à gestante;

III – salário família e demais vantagens e benefícios instituídos pelo município;

IV – pagamento de licença para tratamento de saúde do segurado;

V – pagamento dos afastamentos compulsórios, quando previstos em lei;

Artigo 18 – Ocorrendo o falecimento do segurado, seus beneficiários terão direito ao valor integral dos proventos ou da pensão, pagos pelo Fundo.

Artigo 19 – A condição legal do beneficiário é aquela verificada na data do óbito do segurado.

Parágrafo único – A pensão será devida a partir do dia seguinte ao do falecimento.

Artigo 20 – O direito à pensão não está sujeito à prescrição ou à decadência, porém, o pagamento somente será devido a partir do dia seguinte à data do óbito do segurado, se o pedido for protocolado até 180 (cento e oitenta), dias do falecimento.

§ Único – Ultrapassado o prazo de que trata este artigo, a pensão começará a ser paga a partir da data do protocolamento do pedido.

Artigo 21 – Na concessão e na extinção das pensões a cargo do Fundo, serão utilizados os mesmos critérios, conceitos e cálculos estabelecidos pela legislação da previdência nacional e sua regulamentação.



**MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA**  
CNPJ 45.148.970/0001-77  
Praça Maria Dias, 614 – Centro  
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600  
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

Artigo 22 – A invalidez, para os efeitos desta lei, será atestada em laudo médico emitido pelo órgão oficial da Prefeitura ou por médico ou junta médica indicados pelo Conselho Administrativo.

Artigo 23 – A alienação mental, comprovada por laudo médico, equipara-se à invalidez, para os fins desta lei, aplicando-se, no que couber, o disposto no artigo anterior.

Artigo 24 – O Conselho Administrativo do Fundo poderá exigir dos beneficiários:

I – periodicamente, a comprovação do estado civil;

II – quando entender conveniente e necessário, exames médicos com o fim de comprovar a permanência da invalidez.

§ Único – Não sendo cumprida a exigência no prazo estipulado, será suspenso o pagamento do benefício.

Artigo 25 – Os proventos da aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

§ 1º - É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos por esta lei, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidas em lei complementar federal.

§ 2º - Os direitos à aposentadoria do funcionário municipal são definidos pela Constituição do Brasil, na forma da Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro de 1998, com suas eventuais alterações.

Artigo 26 – O Fundo de Seguridade será gerido e fiscalizado pelos seguintes órgãos:

I – Conselho Administrativo;

II – Conselho Fiscal.

Artigo 27 – O Conselho Administrativo será integrado por 3 (três) membros, os quais elegerão, pela maioria de votos, o seu Presidente e o Tesoureiro do Fundo.

§ 1º - Os integrantes do Conselho Fiscal serão indicados conforme segue:

I – 1 (um) membro indicado pelo Prefeito, com mandato de 2 (dois) anos;

II – 2 (dois) membros indicados pelos inscritos no Fundo, com mandato de 3 (três) anos, conforme o disposto no artigo 30 desta lei.

§ 2º - Somente poderão ser indicados para o Conselho Administrativo funcionários no exercício de cargos efetivos municipais.

§ 3º - As deliberações do Conselho Administrativo deverão ser aprovadas pela maioria de seus membros.

§ 4º - Para cada membro será indicado o respectivo suplente, obedecido, no que couber, o disposto neste artigo.

Artigo 28 – O Conselho Fiscal será integrado por 3 (três) membros, obedecido, no que couber, o disposto no artigo 27 e seu parágrafos.

§ 1º - Para a composição do Conselho Fiscal poderão ser indicados funcionários aposentados pelo Fundo.

§ 2º - Os membros do Conselho Fiscal elegerão, pela maioria de votos, o seu Presidente e o Secretário do Conselho.

Artigo 29 – Fica proibida a recondução dos mesmos membros para o Conselho Fiscal pelo período de 12 (doze) meses a contar do término do respectivo mandato.

Artigo 30 – Caberá à assembléia dos Inscritos indicarem os nomes de seus representantes para a composição dos Conselhos Administrativo e Fiscal, mediante a eleição de uma lista sextupla a ser encaminhada ao Prefeito, a



**MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA**  
CNPJ 45.148.970/0001-77  
Praça Maria Dias, 614 – Centro  
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600  
e-mail: prefeitura@orindiuvva.sp.gov.br

quem caberá, a seu livre critério, escolher e designar os membros representantes dos contribuintes que irão integrar os conselhos administrativos e fiscais observados o seguinte:

I – cada contribuinte participante da assembléia votará em um único nome;

II – o voto será público;

III – a assembléia reunir-se-á em primeira convocação com a presença da maioria absoluta dos contribuintes e em Segunda convocação com qualquer número.

§ 1º - As Assembléias para a composição dos Conselhos Administrativo e fiscal serão organizadas da seguinte forma:

a) a primeira assembléia será regulamentada e convocada por edital a ser expedido pelo Executivo no prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação desta lei;

b) do Regimento Interno do funcionamento do Conselho Administrativo constarão os critérios para a organização e convocação das assembléias seguintes, especialmente aquelas destinadas à renovação dos Conselhos Administrativo e Fiscal.

§ 2º - ficam assegurados:

I – a todos os inscritos no Fundo, o direito de participarem das Assembléias, podendo votar e ser votado, ressalvado o disposto no § 2º do artigo 27;

II – aos funcionários na atividade, o direito de se candidatarem para os Conselhos Administrativo e Fiscal;

III – aos aposentados contribuintes do Fundo, o direito de se candidatarem para o Conselho Fiscal.

§ 3º - A assembléia de que trata a alínea “a” do § 1º deste artigo será presidida pelo Prefeito Municipal ou por seu representante, devidamente credenciado para esse fim.

§ 4º - Ocorrendo empate entre os dois ou mais candidatos, prevalecerá o mais idoso. Permanecendo o empate, a escolha será realizada mediante sorteio.

Artigo 31 – Compete ao Conselho Administrativo:

I – fiscalizar os atos de arrecadação das contribuições devidas ao Fundo e as despesas pagas com esses recursos;

II – gerir e movimentar os recursos do Fundo;

III – elaborar os balancetes mensais e o balanço financeiro anual do Fundo;

IV – tomar as providências cabíveis quanto ao cumprimento desta lei, bem como denunciando às autoridades competentes as irregularidades que vier a comprovar;

V – elaborar o seu regimento interno.

VI – decidir sobre aplicação dos saldos.

§ Único – O Conselho Administrativo tomará suas decisões pela votação nominal de seus membros.

Artigo 32 – As contas bancárias do Fundo serão movimentadas mediante cheques nominais, assinados em conjunto pelo Presidente e pelo Tesoureiro do órgão.

Artigo 33 – Compete ao Conselho Fiscal:

I – acompanhar a execução orçamentária do Fundo, ficando-lhe assegurado, para esse fim, o livre acesso à arrecadação e às despesas realizadas;

II – apreciar as contas anuais do Fundo, deliberando quanto à sua aprovação ou rejeição, por maioria de votos;



**MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA**  
CNPJ 45.148.970/0001-77  
Praça Maria Dias, 614 – Centro  
Cep 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600  
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

III – comunicar às autoridades administrativas as eventuais irregularidades que vier a comprovar, dando, do fato, conhecimento ao Tribunal de Contas do Estado e, quando for o caso, ao Ministério Público.

Artigo 34 – Os funcionários eleitos para os Conselhos Administrativo e Fiscal não poderão ser removidos ou transferidos do seu local de trabalho enquanto durar o mandato para o qual foram eleitos, sendo nulos os atos contrários a esta proibição.

Artigo 35 – O exercício dos mandatos dos integrantes dos Conselhos Administrativo e Fiscal fica declarado de relevante interesse público do Município, vedada a sua remuneração a qualquer título.

Artigo 36 – Ficam o Executivo, o Legislativo e as demais entidades da Administração Municipal, obrigados a incluírem, nos respectivos orçamentos anuais, dotação suficiente para os depósitos mensais a favor do Fundo.

Artigo 37 – Os eventuais “deficits” operacionais do Fundo serão cobertos pelo orçamento do Município.

Artigo 38 – Fica vedada toda e qualquer despesa à conta do Fundo, que não seja referente ao pagamento dos proventos da aposentadoria e das pensões, regularmente concedidas.

Artigo 39 – Fica mantido o atual Conselho Administrativo do Fundo Municipal de Seguridade constituído sob a égide da Lei 722, de 10 de abril de 1997, até o final dos respectivos mandatos.

Artigo 40 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 722, de 10 de abril de 1997, com suas alterações posteriores.

Prefeitura Municipal de Orindiúva, em 30 de julho de 1999.



Maurício Bronca  
Prefeito Municipal

A Imprensa. Registrada nesta Secretaria em data supra, afixada no Quadro de editais em seguida e publicada no Jornal



Alcyr Barboza da Silva  
Chefe de Gabinete